

ÉTICA E DEMOCRACIA: EXERCÍCIO DA CIDADANIA

A ética é a necessidade de vocação para a coletividade, isto é, a importância da sobreposição dos interesses coletivos em relação aos interesses pessoais. Quando aplicada no campo da ética profissional, ela deve cumprir o atendimento da finalidade administrativa. Quando se trata do exercício de uma atividade econômica e profissional, a função da ética deve ser cumprida com dignidade. Na administração pública a dignidade representa tanto a possibilidade de prestação de serviços com excelência e qualidade para a população quanto uma avaliação positiva de cidadãos que recebem os serviços oferecidos pelos representantes do Estado.

OBJETIVOS

Conteúdo	Objetivos específicos
Ética e democracia: exercício da cidadania.	1. Conceituar democracia e cidadania 2. Identificar os tipos de democracia e de cidadania 3. Correlacionar ética, democracia e cidadania

ÉTICA E DEMOCRACIA: EXERCÍCIO DA CIDADANIA.

Democracia – três pilares:

Política;

Ética; e

Cidadania.

Obs.: NÃO HÁ ÉTICA SEM PARTICIPAÇÃO CIDADÃ E POLÍTICA.

Política não se restringe ao aspecto de política partidária, tendo em vista que leva em consideração a política como um ato decisório. Ao viver em uma coletividade, constantemente decisões são tomadas e ações executadas, de modo a impactar as pessoas que estão em contato. Nesse sentido, decidir não jogar lixo no chão, não tocar som alto após 22h para não incomodar os vizinhos, optar por ceder assento a uma pessoa idosa, grávida ou lactante, não usar água encanada em período de racionamento, não usar o carro nos dias de rodízio, preservar praças públicas são decisões políticas. Em suma, comportamentos que trazem ou não impactos positivos para a coletividade são decisões políticas. Há sempre pessoas que colocam seus objetivos egoístas acima de objetivos altruístas.

Política é algo essencial em uma coletividade, tendo em vista que sem ela não é possível conseguir harmonia nas relações. Por conta disso, é possível notar uma harmonia entre política, ética e cidadania. A política presa pela coletividade. Infelizmente, tanto no campo privado quanto no campo público há pessoas que fazem uso da política e de processos decisórios para atendimento de interesses pessoais e particulares. Essa política é contrária à noção de ética.

A ética também tem essa perspectiva coletiva. Enquanto ciência, a ética estuda a moral. A concepção de cidadania engloba um conjunto de direitos e deveres que são assegurados constitucionalmente. No entanto, é preciso transcender a cidadania para compreendê-la em uma perspectiva de tornar efetivamente acessíveis os direitos para a população, inclusive para a parcela que historicamente tem sido marginalizada.

Em suma, não há ética sem que tenha uma participação cidadã e uma participação política. A participação política ocorre no processo de tomada de decisão, levando em consideração que as democracias contemporâneas se distanciam de processos de autocracia e de posicionamentos de pessoas déspotas, as quais usam do poder para dar um caráter de legitimidade à sua decisão. Democracia não é simplesmente participar de uma decisão, mas sim construir direitos que efetivamente atendam às necessidades da população e suas especificidades. Essa cidadania ativa pressupõe que o uso dos direitos consigam trazer o atendimento das necessidades. No entanto, quando se percebe que esses direitos são tratados de uma maneira superficial, é preciso lutar para a construção de novos direitos que estejam articulados às novas realidades.

A democracia surgiu na Grécia antiga. Trata-se de um termo com a seguinte origem:

- Demos – povo; e
- Kratos: poder.

Ou seja, democracia é o poder do povo. Em outras palavras, é um REGIME POLÍTICO EM QUE A SOBERANIA É EXERCIDA PELO POVO.

A depender do momento histórico, a democracia foi exercida diretamente, indiretamente ou de forma participativa. Infelizmente há alguns processos de prejuízo ao regime democrático e ao Estado democrático de direito que tem conexões com a educação e com a má formação da população quanto à conscientização de seus direitos e processos de autonomia para que possam tomar decisões justificáveis e autônomas. Sem essa educação, a população não consegue cobrar dos governantes por uma gestão da coisa pública que preze pelo bem comum, em prol da finalidade administrativa.

TIPOS DE DEMOCRACIA

- Direta – participativa: Grécia. Quem era considerado cidadão participava diretamente do processo decisório, nas reuniões em praças públicas. Nessa época, eram considerados cidadãos nativos, homens, com certo poder financeiro e a partir de certa idade. Há críticas a essa aplicação da democracia. Ainda que houvesse também uma conexão entre ética, política e cidadania, havia uma concepção muito restrita de cidadania no sentido de quem detinha o poder e de quem dava os rumos sobre aquela coletividade. Ou seja, mulheres e estrangeiros não poderiam participar nesse tipo de democracia.



10m

Esse tipo de regime não pôde se sustentar. Houve o surgimento da democracia indireta, com representantes tomando decisões em nome da coletividade. No entanto, surgiram posturas de autocracia, isto é, algumas pessoas usurparam desse poder para adotarem posicionamentos tirânicos.

Obs.: ainda no âmbito da democracia direta, algumas cidades na Suécia e na Suíça mantêm algo muito semelhante ao que se observou na Grécia antiga.

- Participativa (semidireta) – mista: Há os representantes políticos eleitos por meio do voto, forma de participação direta, que tomam algumas decisões de maneira colegiada a partir das demandas sociais. Isso não significa que não haja a previsibilidade de outros instrumentos de participação direta, como o plebiscito, o referendo, a iniciativa popular, conselhos constitucionalmente previstos. Nesses casos, representantes da sociedade participam do processo decisório.

Fazendo uma conexão entre cidadania e democracia, é preciso ter processos educativos que favoreçam a formação da autonomia para que se faça o controle da administração pública a partir da transparência, das ações empreendidas e da cobrança da população sobre os atos executados. A partir do momento em que os representantes são cobrados para que atendam as necessidades da população, caso isso não aconteça, a periodicidade do voto possibilita ao povo fazer uma avaliação do período em que os representantes estiveram a frente das decisões. Caso não tenham articulado bem as necessidades, é possível trocar os representantes.

- Representativa (indireta): eleição de representantes.

Na democracia moderna a forma de governo é oposta a todo tipo de despotismo e autocracia. Por isso, as decisões tomadas por instituições colegiadas estão sujeitas ao controle e à eleição popular. Isso faz com que o regime democrático tenha como pressuposto a lisura nas eleições.

Essa possibilidade de ter as informações publicizadas no Portal de Transparência favorece o exercício da cidadania, fazendo com que seja compartilhada a responsabilidade das ações empreendidas por nossos representantes, a partir do processo de *Accountability* vertical, em que a população faz uma aferição sobre o que foi prometido em relação ao período eleitoral e o que foi efetivamente executado no momento em que os representantes políticos estão em suas atividades funcionais.



15m

PRESSUPOSTOS DA DEMOCRACIA

- Liberdade de imprensa – acesso à informação: está bastante associada à liberdade de expressão.
- Liberdade de expressão: o fato das pessoas terem a liberdade de expressar suas ideias e pensamentos não as exime de serem responsabilizadas por eventuais excessos que ocorram por conta da expressão. Ou seja, quando o que se diz é crime, a pessoa deverá ser responsabilizada.
- Voto e participação (elegibilidade): isso está relacionado à concepção de cidadania ativa e passiva. A cidadania ativa ocorre quando a pessoa vota; a passiva quando a pessoa é votada. No Brasil o voto é um dever e um direito. Ou seja, as pessoas têm o direito de participar desse processo e, conforme previsão constitucional, quem não votar será responsabilizado. Para ser votado, é preciso estar quite com as obrigações eleitorais. Por isso, para cumprir com essas obrigações há alguns requisitos constitucionalmente previstos. Há também a concepção mais ampla de cidadania. A cidadania ativa visa construir direitos. Nesse sentido, não basta os direitos civis, políticos e sociais estarem assegurados na Constituição Federal sendo que na prática esses direitos não são aplicados. A cidadania substantiva e material é a apropriação desses direitos para colocá-los efetivamente em prática, distribuindo-os para todas as pessoas, independentemente das características peculiares que elas possuam.
- Eleições com lisura.
- Alternância de poder: o povo pode fazer essa troca para atender suas necessidades.
- Transparência: é mais ampla que a publicidade, conforme o entendimento do Tribunal de Contas, pois não basta a informação se tornar pública. O Decreto n. 1.171 dispõe que a publicidade existe para que a eficácia e moralidade das ações sejam demonstradas. Os atos devem se tornar públicos para que isso aconteça. Há exceções, como nos casos de investigações policiais, segurança nacional, interesses superiores da administração do Estado etc. No entanto, não basta que os atos se tornem públicos, tendo em vista que há a necessidade de ser decodificado por parte da população. Em outras palavras, a transparência ocorre quando a informação é compreensível e objetiva.



20m

TRANSPARÊNCIA E QUALIDADE NA GESTÃO PÚBLICA, CIDADANIA E EQUIDADE SOCIAL.

No Estado Democrático de Direito em que foram fincados os alicerces fundacionais da República Federativa Brasileira a transparência se constitui em instrumento de efetivação do princípio da publicidade, o qual foi positivado no art. 37, caput, da Carta Magna de 1988. O Tribunal de Contas de Santa Catarina – TCE/SC (2000, p. 14 apud PLATT NETO et al., 2004, p. 03) destaca que o princípio da transparência é mais amplo do que o da publicidade, pois “a mera divulgação sem tornar o conteúdo compreensível para a sociedade não é transparência,

como também não o é a informação compreensível sem a necessária divulgação". Platt Neto et al. (2005) também considera que a definição de transparência é mais abrangente do que a de publicidade porque uma informação pode ter caráter público, sem ser relevante, confiável, tempestiva e compreensível.

<http://www.mpce.mp.br/wp-content/uploads/2019/12/ARTIGO-3.pdf>

Em suma, sem atender esses critérios, não há transparência, ocasionando prejuízos à coletividade. Como exemplo há a emenda de relator, algo que foi muito debatido e que perdura durante anos. Em um determinado momento, houve uma atuação do Judiciário brasileiro, pois a justificativa dada pelo Parlamento era pública. Só que o questionamento do Judiciário foi no sentido de que um cidadão que entra em contato com essa informação não sabe a quantidade, para onde foi o dinheiro, como foi aplicado, quem aplicou, como utilizou o dinheiro etc. Dessa maneira, não há possibilidade de ocorrer o controle social e de permitir a *accountability* vertical em relação a esses parlamentares, tendo em vista que a informação não é compreensível, relevante, tempestiva e confiável.

A finalidade da administração é o bem comum. Combater a corrupção é um dos instrumentos que usamos para alcançar esse bem comum. Em outras palavras, a finalidade não é o combate contra a corrupção. Há uma população que atribui a responsabilidade de problemas a outras pessoas, tendo uma dificuldade muito grande de reconhecer a própria responsabilidade nos processos. A corrupção é um erro que não se restringe apenas aos parlamentares e representantes. Há pessoas que pensam que o que foi achado não é roubado, fazem "gato" na água e na luz, recebem dinheiro a mais e não devolvem, furam sinais vermelhos, filas, jogam lixo no chão etc. Todos esses atos são de corrupção.

As bancas trabalham com os atos que tem mais passabilidade entre nós e que tentamos negligenciar a sua existência, pois fazemos uma comparação com os grandes atos de corrupção que existem no Congresso Nacional. É importante compreender o funcionamento social como interconexão entre ética, cidadania, democracia e política. Nesse sentido, os erros cotidianos têm como reflexo o comportamento dos parlamentares.

Há banca que já questionou se a ética pode ser medida de acordo com o grau de desenvolvimento de determinada sociedade. O Brasil tem tantos problemas com vocação para a coletividade que essa questão foi interpretada por muitos candidatos como relacionada à questão econômica. No entanto, o desenvolvimento social não se restringe à economia, tendo em vista a necessidade de contemplar formação de competências para que haja autonomia e liberdades religiosa, sexual, de escolha e de participação. O desenvolvimento também se relaciona com a conservação de direitos humanos básicos essenciais, qualidade de vida e possibilidade das questões econômicas terem aplicabilidade. Ou seja, não basta que todas as pessoas recebam bastante dinheiro de salário. É preciso que as cidades tenham uma excelente escola pública, hospital, necessidade de poucos mecanismos de segurança etc.



25m

A corrupção é um tema que leva em consideração a responsabilidade que cada um de nós possui em relação a esses atos corruptos praticados no dia a dia. A vocação para a coletividade combate essas posturas. O Instituto Ético e o Instituto Datafolha fizeram uma pesquisa sobre a percepção de ética dos jovens brasileiros. Observou-se que 90% deles acreditam que a sociedade brasileira é antiética. Por mais que esse número seja muito elevado, ele aumenta conforme tenhamos uma avaliação de pessoas que possuem um distanciamento afetivo em relação a nós. Notou-se que 57% acredita que a própria pessoa ou familiar é antiético. Em relação a algum amigo, aproximadamente 70% acredita que eles são antiéticos. Já em relação a um parlamentar, os jovens acreditam que 90% são antiéticos. Os jovens sabem que é errado comprar produtos pirateados, porém, por ter acesso a esse bem por um custo menor, há uma aceitação em relação a essa conduta. A questão é que os produtos pirateados não passaram pelo recolhimento de tributos, ou seja, quando são comprados há um impacto para a coletividade.



Uma banca cobrou uma charge que tinha um servidor público com uma placa dizendo “abaixo à corrupção”. Na mesma cena, havia uma pessoa vendendo produto pirata e o servidor dizia “quando eu terminar a manifestação, eu volto e compro esse produto com você”. A resposta a essa questão é que esse agente público estava agindo com incoerência em relação àquilo que ele defende e o que ele efetivamente executa.

CIDADANIA

A palavra cidadania tem origem no Latim, da palavra *Civitas*, que significa cidade (coletividade e funcionamento social). Essa concepção de cidadania engloba um conjunto de direitos e deveres assegurados nacionalmente pela Constituição:

- Conjunto de Direitos: civis, políticos, sociais (acesso à moradia, à educação, à possibilidade de votar e ser votado, direito à sindicalização, à exercer sua crença etc);
- Deveres: apropriação e intervenção/transformação de espaços. Os deveres devem ser colocados em prática.

Dessa maneira, é possível uma convivência harmoniosa nessa sociedade. O grande problema é que muitas pessoas só querem saber de direitos, mas não de deveres. Isso traz muitos problemas no âmbito social, os quais são resolvidos por algumas ações, tais como políticas afirmativas.



O PULO DO GATO

Recomenda-se que, sobretudo em uma redação, o candidato não se posicione de maneira contrária às políticas afirmativas, pois a referência em prova e da banca é o que exige no ordenamento jurídico brasileiro. Isso porque as políticas afirmativas para ampliar o ingresso



35m

em universidades e em concursos públicos por meio de cotas são aplicadas com base em leis. Argumentos de cunho moral ou religiosos contra essa política afirmativa podem não ser bem recebidos pelos examinadores.

Política: organização da pólis. Por isso há a conexão entre ética, política e cidadania.

Democracia + cidadania: exemplo de voto ampliado. Trata-se do voto consciente e responsável. O cidadão cobra o parlamentar em relação ao que foi prometido.

TIPOS DE CIDADANIA

- Formal (nacionalidade)/legal: cidadania no âmbito de nacionalidade e de vinculação a um Estado ou nação. Essa cidadania é o que está no papel, isto é, na Constituição.
- Material/substantiva/real: é preciso conseguir se apropriar dos direitos previstos na Constituição. O que é necessário para que a equidade seja, de fato, resguardada? Para isso, há as políticas afirmativas, por exemplo. No âmbito do parlamento há um percentual de vagas destinadas a candidaturas femininas. Essa é uma forma de diminuir o desequilíbrio, tendo em vista que a maioria masculina tende a tomar decisões com base em necessidades desse grupo em específico. Quanto mais múltipla for a formação colegiada, maior a probabilidade de se atender as necessidades da sociedade brasileira.



40m

Uma empresa fez o lançamento de uma sandália para o gênero feminino, tendo como inspiração o continente africano. No momento de fazer a propaganda dessa linha de sandálias, a empresa escolheu uma mulher branca de olho azul. Houve muita crítica da população, tendo em vista que, apesar da inspiração africana, a modelo era branca.

A democracia deveria incluir não apenas a **igualdade eleitoral**, mas também **condições para o exercício da cidadania**.

Não adianta nada dar a todos o **direito de votar** quando o acesso à educação e a bens de necessidade básica é desigual a ponto de **inviabilizar** uma **participação consciente** e bem informada na escolha dos **representantes** e no **controle** das atividades **do Estado**.

ENAP Módulo 2 – A Ética da Vida Pública – Cidadania e Serviço Público no Brasil

Este material foi elaborado pela equipe pedagógica do Gran Concursos, de acordo com a aula preparada e ministrada pelo professor Glauber Marinho.

A presente gravação tem como objetivo auxiliar no acompanhamento e na revisão do conteúdo ministrado na videoaula. Não recomendamos a substituição do estudo em vídeo pela leitura exclusiva deste material.